

**ORALIDADE E LEITURA:  
UMA REFLEXÃO ACERCA DO CONTEXTO  
DA ENUNCIÇÃO E DE SEUS DESDOBRAMENTOS  
NO GÊNERO CONTRATO DE EMPRESAS  
DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**

*Hilma Ribeiro de Mendonça Ferreira (UERJ/UFRRJ)*  
[hilmaribeiorj@yahoo.com.br](mailto:hilmaribeiorj@yahoo.com.br)

**ALGUMAS DIFERENÇAS  
DAS MODALIDADES ORAL E ESCRITA**

Embora as modalidades oral e escrita utilizem estímulos diferentes (o auditivo e o sonoro), por serem desdobramentos do mesmo código linguístico, a Língua Portuguesa, suas diferenças estruturais e funcionais são oriundas de questões ligadas às condições de produção e do uso da linguagem. Conforme afirma Kato, essas diferenças entre as duas modalidades estariam ligadas às

...diferentes condições de produção, tais como: a dependência contextual, o grau de planejamento, a submissão consciente às regras prescritivas convencionalizadas para a escrita. A dependência contextual determina o grau de explicitação textual, isto é, o seu grau de autonomia. O grau de planejamento determina o nível de formalidade, que pode ir do menos tenso (casual ou informal) até o mais tenso (formal, gramaticalizado). (Kato, 1986, p. 39)

A dependência contextual e o grau de planejamento são fatores que se diferenciam nas duas modalidades, uma vez que a interação por meio da modalidade oral será mais dinâmica do que na escrita.

Dessa forma, em se tratando da natureza da linguagem oral, ao participar de um diálogo, por exemplo, os interlocutores utilizam-se de gestos, expressões faciais, tom de voz ascendente ou descendente etc. Esses elementos não-verbais irão configurar uma grande dinamicidade à comunicação e fazer com que a linguagem não necessite ser amplamente explicitada, ou, menos contextualizada do que a modalidade escrita o é.

Isso ocorre porque, numa conversação, não há uma grande necessidade de expor verbalmente todo o conteúdo semântico que os participantes desejam trocar. As situações de interlocução na orali-

## ***Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04***

dade são muito mais dinâmicas, pois os sentidos são co-construídos instantaneamente pelos participantes na interlocução.

Os possíveis equívocos no entendimento que porventura surgem no momento em que os indivíduos dialogam são desfeitos instantaneamente, com isso, o sentido é mais facilmente atingido pelos interagentes.

Por conta dessa facilidade na interação, há também uma outra característica dos textos orais que é a cooperação entre os participantes. Os textos orais geralmente utilizam em seu conteúdo semântico conhecimentos amplamente partilhados pelos seus participantes, uma vez que a conversação dependerá da troca de informações dos indivíduos.

Normalmente, o conhecimento do que se diz é compartilhado pelo emissor e pelo receptor, que, normalmente coniventes na comunicação, facilitam o processo de produção daquele que por seu turno tem a responsabilidade da produção discursiva. (Botelho, p. 4)<sup>14</sup>

Todas essas características serão inversamente encontradas na Língua em sua modalidade escrita. Os interlocutores na modalidade escrita geralmente não estão vivenciando o mesmo momento (excluindo-se alguns gêneros textuais como o “*chat*”). Essa distância enunciativa é um elemento que vem a dificultar o intercâmbio entre os interagentes. Os diferentes conhecimentos utilizados na produção dos sentidos também não são necessariamente partilhados e, por conta desses fatores, pode-se dizer que não há a mesma facilitação no processo de troca de informações que há na modalidade oral.

Além disso, a ausência, na interlocução, de pistas contextualizadoras não verbais (gestos, tom de voz, traços fisionômicos etc.) obriga os textos escritos a serem verbalmente mais contextualizados, o que exigirá dos destinatários outras habilidades leitoras.

Os enunciados escritos ainda podem ser refeitos, mais planejados e endereçados aos leitores, sem que os produtores do enunciado necessitem conhecer os destinatários da mensagem. Assim, ao contrário dos textos orais, os enunciados escritos são mais perenes, podendo servir a diferentes enunciatários, até mesmo em diferentes épocas e lugares.

---

<sup>14</sup> [N.E.]. Não consta este item nas referências bibliográficas.

## **Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04**

Um exemplo disso são os textos canônicos antigos como os literários, manuscritos, religiosos, mitológicos etc., que embora escritos há centenas ou milhares de anos atrás podem ser acessados, ainda que os seus produtores não tenham tido sequer o conhecimento da existência dos seus futuros enunciatários.

Por conta das peculiaridades evidenciadas nas modalidades escrita e oral da Língua Portuguesa, um mesmo sistema linguístico exigirá dos indivíduos diferentes habilidades, através das incontáveis situações interacionistas.

Para dimensionar o processo de compreensão de um gênero específico – o dos contratos jurídicos de empresas de saúde, tornam-se, pois, necessárias diferentes acepções acerca da linguagem. Primeiramente, pretende-se mostrar o papel do contexto da enunciação e como ele se dá nesse gênero textual, depois, levantar-se os tipos de conhecimentos próprios desses textos e do processo de leitura que os enunciatários devem percorrer até a sua compreensão.

### **O CONTEXTO DA ENUNCIÇÃO**

Para dimensionar o papel dos elementos contextuais da enunciação, torna-se necessário nos debruçarmos mais a respeito da natureza da enunciação – evento linguístico que é o cerne da comunicação por meio da linguagem.

Segundo Maingueneau (1996, p. 5),

Todo enunciado, antes de ser esse fragmento de língua natural que o linguista procura analisar, é o produto de um acontecimento único, sua enunciação, que supõe um enunciator, um destinatário, um momento e um lugar particulares...

Além do plano propriamente linguístico, existem elementos que irão ser indispensáveis na análise do processo de comunicação dos indivíduos. O *contexto* da enunciação, que às vezes é negligenciado na análise da linguagem, deverá ser plenamente considerado nos estudos linguísticos a fim de que o processo de apreensão dos sentidos pelos interlocutores seja completamente esclarecido nas pesquisas.

De acordo com Charaudeau e Maingueneau (2006, p. 127), o

## **Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04**

contexto em linguagem é, ao mesmo tempo, de natureza verbal (o entorno verbal do enunciado) como também de natureza não verbal (o contexto situacional).

O contexto verbal, ou o *co-texto* estaria vinculado às pistas dadas no plano discursivo que irão equilibrar a apreensão dos conteúdos pelos enunciatários. Nesse caso, podemos citar as diferentes estratégias de *coesão textual* como importantes formas de “calibragem linguística” dos conteúdos, que darão um grande suporte no entendimento da mensagem.

Entendendo-se por coesão como

... o fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se encontram interligados entre si, por meio de recursos também linguísticos, formando sequências veiculadoras de sentidos (Koch, 2003, p. 45).

Esse elemento contextual pode também ser relacionado ao que Kato chamou de “grau de explicitação textual” em linguagem, que poderá medir os diferentes níveis de elaboração textual dos diferentes gêneros discursivos (orais e escritos).

Além do contexto linguístico, CHARAUDEAU e MAINGUENEAU também mencionam como contextuais alguns dados extralinguísticos, ao falarem do entorno do enunciado, que seria “o contexto situacional” (2006: 127) presente na enunciação.

No que diz respeito ao contexto extralinguístico, podemos inferir que a coerência textual será um fenômeno indispensável na apreensão dos sentidos que são expostos na superfície textual. Sendo que, “a coerência diz respeito ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual vêm a constituir, na mente dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos”. (Koch, 2003, p. 52).

A apreensão dos sentidos dependerá, pois, do estabelecimento da coerência pelos interlocutores, sendo que, no gênero em estudo, há uma configuração textual com conteúdos que não são comuns aos interlocutores. Nesse caso, a interação através desse gênero pressupõe que os enunciatários possuam em sua bagagem cognitiva alguns saberes bastante específicos.

Ainda com respeito ao contexto extralinguístico da enunciação, todo enunciado linguístico será formado por:

**Os participantes da enunciação (o enunciador e o enunciatário)  
+ o evento enunciativo na linha do tempo  
+ o evento enunciativo na dimensão espacial.**

No caso dos diálogos orais, conforme dito anteriormente, o entorno textual será facilitado por elementos não verbais (gestos, entoação, expressões faciais etc.) que darão um suporte maior na interpretação dos sentidos.

Já com respeito à modalidade escrita e, especificamente ao gênero em estudo, os sujeitos participantes do processo enunciativo deverão fazer outros esforços para que a interação de fato ocorra entre eles. Segundo Oliveira “o ato de comunicar-se é uma aventura, no sentido de que pode resultar em sucesso ou fracasso” (2003, p. 29), nesse sentido, o não partilhamento dos conhecimentos entre os sujeitos poderá fazer com que a comunicação entre os sujeitos não seja alcançada.

O conhecimento de mundo e o conhecimento partilhado pelos sujeitos são fatores de coerência que irão medir o grau de proximidade dos conteúdos textuais próprios dos sujeitos na enunciação. Vale dizer que, em uma situação de interação, o conhecimento entre os interlocutores precisa ser minimamente similar entre ambos, e que, quanto maior for a aproximação de conhecimentos entre os interlocutores, maior será o entendimento entre eles.

Não é raro o aparecimento de alguns gêneros textuais, que, embora presentes no dia-a-dia dos indivíduos, ao utilizarem conhecimentos que não são partilhados pelos seus interlocutores podem vir a ter os seus conteúdos não evidenciados pelos enunciatários.

Podemos ver essa característica em gêneros como: bulas de medicamentos, contratos jurídicos, manuais técnicos, boletos bancários, extratos etc., que, mesmo sendo indispensáveis para a utilização de importantes serviços, utilizam conhecimentos que não são compartilhados entre os interlocutores. Isso ocorre porque há uma predisposição de conhecimentos muito específicos na superfície textual que poderá dificultar o entendimento dos seus enunciatários.

Essas características discursivas configuram gêneros que permanecem deixados à margem das práticas sociais e que devem ter os componentes linguísticos e extralinguísticos avaliados nas pesqui-

## ***Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04***

sas em linguagem.

No caso do gênero ao dos contratos das empresas de saúde, o entendimento dos textos será diferenciado, já que, por conta do distanciamento existente entre os interactantes, o tipo de conhecimento de mundo que cada um terá será diferenciado, e o partilhamento das informações entre eles, conseqüentemente, terá níveis muito diversificados.

Pode-se representar os interlocutores desse gênero textual específico pela seguinte ilustração:

- Enunciador – representante legal da empresa de saúde
- Enunciatário – qualquer cidadão que esteja desejoso de adquirir os produtos e serviços do plano de saúde.

O enunciador do texto, que é o representante legal da empresa de saúde utiliza conhecimentos de leitura que abarcam domínios discursivos próprios de segmentos profissionais tais como: Direito, Medicina e Economia. Além desses conhecimentos, a diagramação textual, em forma de cláusulas, contém, em pequenas porções textuais inúmeras informações que perfazem uma leitura bastante densa.

Esses fatores revelam um grande distanciamento entre os sujeitos da enunciação, que, embora não possuindo qualquer vínculo social efetuam esse acordo legal por meio de textos geralmente incompreendidos pelos enunciatários.

Após verificada a questão da enunciação discursiva e dos conhecimentos contextuais na leitura do gênero contrato de saúde, pretende-se analisar alguns segmentos do corpus em análise, com exemplos de eventuais problemas na leitura desses textos.

### **O CONHECIMENTO PRÉVIO E A LEITURA NOS TEXTOS DOS CONTRATOS DE PLANOS DE SAÚDE**

Conforme visto anteriormente, o que irá diferenciar os gêneros discursivos, quanto à sua funcionalidade, serão, pois, os elementos constituintes do contexto.

Pretende-se abordar, nesse caso, a relação de saberes que são

## ***Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04***

ativados no texto dos contratos, que não são, sabidamente, partilhados pelos interactantes na situação comunicativa mediada pelo gênero em estudo.

Segundo Kleiman, qualquer texto (oral ou escrito) requer o que a autora denomina de *conhecimento prévio* para que a leitura de fato seja processada pelos enunciatários. Para ela, há três tipos de conhecimentos que devem ser ativados pelos leitores no momento em que o texto é processado. Observe:

O conhecimento linguístico, o conhecimento textual, o conhecimento de mundo devem ser ativados durante a leitura para poder chegar ao momento da compreensão, momento esse que passa despercebido, em que as partes discretas se juntam para fazer um significado. O mero passar de olhos pela linha não é leitura, pois leitura implica em uma atividade de procura por parte do leitor, no seu passado, de lembranças e conhecimentos... (Kleimen, 2000, p. 26).

Os textos dos contratos de saúde utilizam alguns conhecimentos que são próprios de alguns segmentos profissionais. Na superfície desses textos, serão mencionadas diferentes leis e artigos, vários lexemas ligados à área médica para indicarem os produtos e serviços de saúde que as empresas oferecerão. O enunciador também lança mão de tabelas de cálculos e de alguns índices econômicos para que os enunciatários entendam como serão feitos os cálculos e atualizações financeiras.

Todos esses saberes serão, geralmente, predispostos na superfície textual sob forma de cláusulas. Utilizam-se, pois, em pequenas porções textuais, muitos lexemas referentes a serviços especializados, jargões e informações quanto aos procedimentos jurídicos, aos serviços médicos e quanto ao funcionamento do contrato, provocando uma leitura bastante diferenciada.

Para ilustrar tais estratégias de construção, trazemos alguns exemplos a seguir.

O exemplo abaixo fora retirado do contrato da empresa “Real Doctor” e faz parte da cláusula décima que trata dos futuros reajustes financeiros feitos pelo plano.

Exemplo 1: 10.3 – O reajuste a que alude a presente Cláusula, fica condicionado, nos termos da Lei nº 9.656/98, à demonstração e aprovação pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

## ***Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04***

No exemplo 1, o enunciador, para ilustrar a validade do reajuste da empresa de saúde faz uma citação da Lei 9.656/98 do código civil, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República. Essa lei irá reger os planos de saúde quanto aos seus diferentes serviços e procedimentos.

O enunciatório deverá, no momento em que o texto é lido, acessar automaticamente ao conteúdo dessa lei, se esse quiser, de fato saber a natureza jurídica do contrato. Essa citação configura um tipo de construção intertextual<sup>15</sup> muito comum ao longo dos textos.

Contudo, o enunciatório, que geralmente não necessita recorrer à leitura dessas intertextos para examinar os contratos, ficará sem conhecer o conteúdo veiculado por essas citações. Nesse caso, o enunciador recorreu a um saber próprio da área do Direito, que designa um conhecimento de mundo dos profissionais ligados à área jurídica.

Ainda em se tratando dos reajustes financeiros, o enunciador lança mão de uma tabela de cálculo com diferentes índices de referência econômica para que sejam feitas as perspectivas dos futuros acréscimos monetários da empresa.

Abaixo um fragmento de texto retirado do contrato da empresa “Real Doctor” que está contido na cláusula que fala dos reajustes e formas de pagamento dessa empresa. Observe:

Exemplo 2: Ir= (ConsXP1)+(Ex X P2) + (Proc X P3) + (HMX P4) + (S X P5) + (DT X P6) + (MM X 97) + (DG X P8)

Vale ressaltar que, além de uma linguagem específica da Economia, com conceitos dificilmente entendidos por leigos, há uma utilização também da linguagem matemática nessa parte da cláusula contratual.

---

<sup>15</sup> No caso dos textos dos contratos de saúde, há uma utilização do que é conhecido atualmente como “intertextualidade por referência”, que é um intertexto que leva o leitor a um outro texto, embora o enunciador não o cite literalmente. Isso ocorre frequentemente nos textos dos contratos, que citam várias leis e artigos sem mostrá-los literalmente. Vale ainda ressaltar que o conceito de intertextualidade, visto mais frequentemente como uma característica da linguagem literária, tem sido analisado como uma característica intrínseca da linguagem, à luz dos conceitos de dialogismo e polifonia inaugurados por Mikhail Bakhtin.

## ***Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04***

O enunciatório precisa saber efetuar esse cálculo e, além disso, decodificar os diferentes lexemas representados pelas siglas (IR, Ref.Med., S, DT, MM e DG), além de também conhecer o que está disposto nos órgãos de regulamentação econômicos como a Fundação Getúlio Vargas.

Em se tratando de lexemas referentes a serviços médicos há uma observação de campos semânticos dos diferentes segmentos da Medicina.

Abaixo uma parte da cláusula da empresa Assim com as divisões dos serviços médicos especializados disponíveis na empresa para remoção terrestre dos pacientes. Os grupos de serviços podem estar agrupados de acordo com a complexidade dos serviços médicos a serem realizados. Entretanto, sem conhecer plenamente todos os serviços disponibilizados o enunciatório pode ser prejudicado quanto à plena utilização do plano de assistência à saúde.

Exemplo 3:(...) III- Gastroenterologia: hemorragias digestivas (alta e baixa); quadros abdominais agudos: inflamatórios, hemorrágicos, perforativos, vasculares e obstrutivos.

IV- Neurologia: acidente vascular-cerebral isquêmicos ou hemorrágicos (fase aguda); traumatismo crânio encefálico (fase aguda); traumatismo raquimedular (fase aguda); aneurismas intracranianos rotos; crises convulsivas de qualquer etiologia; hipertensão intracraniana.

V- Pneumologia: pneumotórax espontâneo; derrames pleurais com comprometimento ventilatório; estado de mal asmático. (...)

VII-Ginecologia e Obstetrícia: gravidez tubária rota; grandes hemorragias puerperais. (...)

Esses são apenas alguns dos grupos de serviços médicos da empresa, que, de acordo com a complexidade exigida, terá diferentes especificidades. Observa-se uma grande diferença entre esses quatro ramos de serviços médicos e que, sem a percepção das diferenças não haverá a utilização dos mesmos.

A ausência de um vocabulário menos complexo poderá, inclusive, gerar possíveis danos à saúde dos indivíduos, que, sem saber a que esses lexemas fazem alusão, desconhecem a possibilidade de usufruir dos serviços médicos especializados.

Ao sofrer algum desses acometimentos súbitos o paciente po-

## **Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04**

derá não ter acesso ao serviço disponibilizado pela empresa, o que gerará maiores complicações para o bem estar físico do cliente/enunciário.

No exemplo abaixo há uma subdivisão em grupos para os diferentes períodos de carências da empresa Rio Med. As carências serão diferenciadas também de acordo com a complexidade dos serviços especializados.

Exemplo 4: Grupo IV– de 180 (cento e oitenta) dias para exames especiais como: ressonância magnética, tomografia computadorizada, cintilografia, angiografia, retinografia, neuroradiografia, radiologia intervencionista, eletromiografia, mapeamento cerebral, ecodoppler, holter, microscopia especular, urodinâmica, colangiopancreatografia.

O tempo de carência é o tempo em que o cliente do plano precisa pagar as mensalidades mesmo antes de utilizar plenamente os serviços médicos. No exemplo quatro, além de saber dos períodos de carências, os enunciários devem conhecer os diferentes serviços em cada um dos períodos.

O lexema “ecodoppler”, por exemplo, pode superficialmente entendido pelo matiz semântico do morfema *eco-*, que é relativo ao sistema cardíaco. Esse lexema refere-se a um serviço que faz um tipo de ultrassonografia nos vasos sanguíneos para analisar o fluxo de sangue. Outro lexema que pode ser parcialmente reconhecido é a “retinografia”, que, a partir dos fragmentos *retin-* e *-grafia* podem aludir ao tipo de exame a que refere-se o lexema (uma espécie de fotografia da retina dos indivíduos)<sup>16</sup>.

Entretanto, por conta da complexidade dos exames, esses morfemas não dão uma ideia completa dos reais procedimentos ambulatoriais uma vez que os jargões utilizados são estranhos aos leitores leigos.

### **ALGUMAS CONCLUSÕES:**

O exame das peculiaridades do contexto enunciativo da orali-

---

<sup>16</sup> A investigação dos lexemas referidos só se tornou possível mediante a pesquisa em sites médicos específicos, o que vem a ratificar a inadequação dos textos dos contratos para os enunciários leigos.

## ***Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04***

dade e da escrita aponta algumas diferenças que precisam ser consideradas pelos estudiosos da Língua. A apreensão dos sentidos pelos interlocutores em gêneros como o diálogo cotidiano é facilitado pelo contexto da enunciação pressuposto pela oralidade.

Na oralidade, como demonstrado, elementos não verbais como a gesticulação e o tom de voz ajudam os interagentes a entenderem mais facilmente suas intenções comunicativas. Por conta dessas contribuições dos interlocutores a linguagem, nesses gêneros vem a ser mais simplificada, pois não requer o mesmo grau de explicitação que o dos enunciados escritos.

O mais relevante nessas peculiaridades da oralidade é o conhecimento partilhado pelos interlocutores, uma vez que, sem essa utilização de conhecimentos comuns, não haverá o desenvolvimento da conversação, que dependerá da evolução temática para atingir a um fim comum.

Por outro lado, a linguagem escrita não necessariamente utiliza em seu conteúdo semântico conhecimentos textualmente partilhados pelos interlocutores, requerendo um maior esforço por parte do enunciador em “se fazer entender” e pelo enunciatário em “querer entender” o que está sendo exposto na superfície textual.

Segundo Charaudeau, para que a comunicação seja de fato realizada é necessário que haja uma aproximação entre o enunciador e o enunciatário das mensagens. Ao elaborar um texto qualquer, a imagem que o enunciador faz do enunciatário deverá corresponder efetivamente com o destinatário real da mensagem, ou a comunicação não será, de fato, estabelecida.<sup>17</sup>

Por conta das peculiaridades dos enunciados escritos, verifica-se que as possíveis dificuldades na leitura do gênero contrato de

---

<sup>17</sup> A teoria desenvolvida por Charaudeau especifica quatro sujeitos discursivos na comunicação: o Eu comunicante (o produtor real da mensagem), o Tu interpretante (o leitor real), o Eu enunciador (a imagem que o Eu comunicante tem de si mesmo e que passa para o Tu interpretante) e o Tu destinatário (a imagem que o Eu comunicante tem do Tu interpretante). Quanto maior for a aproximação entre o Tu interpretante, que a pessoa real e o Tu destinatário, que a “pessoa discursiva” do imaginário do Eu-comunicante, maior serão as possibilidades de sucesso na comunicação, pois, citando Charaudeau, “o ato de comunicar-se é uma aventura, no sentido que pode resultar em sucesso ou em fracasso” (Oliveira, 2003, p. 29)

## ***Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04***

empresa de saúde recorrem de uma inadequação entre as informações lançadas textualmente pelo enunciador e o conhecimento prévio realmente existente na memória discursiva do enunciatário.

Ao utilizar saberes tão específicos de alguns profissionais, o enunciatário não revela uma preocupação em fazer com que o enunciatário entenda o que está sendo exposto textualmente. Vale ressaltar que o enunciatário dos textos dos contratos é o cidadão comum, que, desejoso de adquirir os serviços médicos de uma empresa de saúde, assina esses textos/documentos sem sequer ler e/ou entender o que está sendo informado.

Todas essas peculiaridades desse gênero em especial me fizeram tentar entender as relações enunciativas oriundas do contexto linguístico presente nos textos dos contratos. Essas conclusões devem também ser consideradas nas pesquisas a respeito do ensino de leitura em Língua Portuguesa, que, cada vez mais deve ser voltado para o auxílio no desenvolvimento da cidadania e das situações comunicativas que serão, de fato, enfrentadas pelos indivíduos fora da escola.

Com respeito ao ensino da linguagem através de gêneros discursivos, segundo Mary Kato, esses podem ser analisados e utilizados como forma de transição para que os indivíduos consigam “passar de uma experiência de linguagem para outra” (Kato, 1986, p. 126). A análise dos diferentes gêneros textuais orais e escritos pelos pesquisadores possibilitará uma maior facilitação no aprendizado dos discentes.

O leitor real, presente nas salas de aula, deve também ser considerado nesse longo caminho de pesquisas e descobertas percorridas pelos pesquisadores. Segundo Orlandi, há um imaginário que incide justamente sobre “o que constitui um sujeito-leitor para a Escola e, de outro, o sujeito-leitor efetivamente presente na escola” (Orlandi, 2003, p. 8). Esse sujeito real presente nas salas de aula precisa ser considerado como o principal instrumento de análise nas pesquisas em linguagem. Apenas relevando as características languageiras desse sujeito-leitor, haverá o êxito no processo final de ensino e aprendizagem.

## ***Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04***

### BIBLIOGRAFIA

KATO, Mary. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.

KOCH, Ingedore G. Villaça et alii. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Ieda de. *O contrato de comunicação da literatura infantil e juvenil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *A leitura e os leitores*. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2003.

<http://www.portaldocoracao.com.br>, acessado em 11/02/2008.

<http://www.retina.pro.br>, acessado em 11/02/2008.